

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMITIR PARECER À
MEDIDA PROVISÓRIA N° 691, DE 2015**

ROTEIRO DE TRABALHO

Proposta do Relator Deputado LELO COIMBRA

Visando ao bom funcionamento desta Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória n° 691, de 2015, sugerimos aos ilustres membros o presente roteiro de trabalho, cujo objetivo é formar a convicção dos parlamentares acerca da administração, alienação, transferência de gestão de imóveis da União e o seu uso para a constituição de fundos.

Devido ao exíguo prazo fixado no art. 62, §3º, da Constituição Federal (sessenta dias, prorrogável uma vez por igual período) para conversão em lei da Medida Provisória n° 691, publicada em 31 de agosto de 2015, propomos, ouvidos os parlamentares membros desta Comissão Mista, a realização das seguintes audiências públicas, a fim de ouvir especialistas e representantes dos setores que serão envolvidos na alienação e gestão de bens da União:

1. 29/09/2015: Autoridades e representantes de órgãos públicos: Ministro Nelson Barbosa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Sra. Cassandra Maroni Nunes, Secretaria de Patrimônio da União; Comando da Marinha, Ministério da Defesa; Ministério das Relações Exteriores; Ministério Público Federal; Advocacia Geral da União; Dr. José Mauro de Lima O. de Almeida, Ministério do Meio Ambiente; Caixa Econômica Federal; Dr. Rodrigo Rabello Vieira, Procurador-Geral do Estado do Espírito Santo; e Sr. José Luiz Alochio, Procurador do Município de Vitória/ES e Presidente da Associação dos Procuradores Municipais.

2. 30/09/2015: Representantes das Prefeituras dos Municípios elegidos por esta Comissão Mista, entre eles: Aracaju/SE, Belém/PA, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, São José do Ribamar/MA, Recife/PE, Rio Grande/RS, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Santos/SP, São Luís/MA, Vitória/ES, e Sr. Márcio Lacerda, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos.

3. 06/10/2015: Representantes do Instituto do Registro Imobiliário do Brasil – IRIB; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano – IPPUR; Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – ABEA; Sr. José Carlos Martins, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; Sr. Pedro Walimann, Secovi-Rio; Sr. Márcio Miranda, Secovi-PE.; Sr. Ex-Deputado Federal Edson Andrino, autor da PEC nº 46/2005; e Organizações da Sociedade Civil.

4. 07/10/2015: Dr. José Carlos Fernando Mazzocco, Procurador do Ministério Público Federal; Dr. Roberto José Pugliese, advogado, professor de Direito Notarial, Consultor Nacional da Comissão de Direito Notarial e Registros Públicos do Conselho Federal da OAB, autor de diversos livros, entre eles, “Terrenos de Marinha e seus acrescidos”; e Dr. Paraguassu Éleres, advogado, professor de Direito Agrário, especialista em agrimensura e autor do livro “Terras de marinha e terrenos marginais dos rios navegáveis”.

5. Outras que a Comissão Mista entender relevantes.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 2015

Deputado LELO COIMBRA (PMDB/ES)

Relator